

## MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 130.789 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACTE.(S) : LUIS CARLOS DA SILVA  
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:** Trata-se de “*habeas corpus*”, com pedido de medida liminar, **impetrado** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

**“CONSTITUCIONAL. PENAL. ‘HABEAS CORPUS’ IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA DA PENA. MAUS ANTECEDENTES. ‘PERÍODO DEPURADOR’. REGIME PRISIONAL FECHADO. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS (CP, ART. 33, § 3º). ‘HABEAS CORPUS’ NÃO CONHECIDO.**

**01. Prescreve a Constituição da República** que o ‘*habeas corpus*’ será concedido ‘sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder’ (art. 5º, inc. LXVIII). O Código de Processo Penal impõe aos juízes e aos tribunais que expeçam, ‘de ofício, ordem de ‘*habeas corpus*’, quando, no curso de processo, verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal’ (art. 654, § 2º).

**Desses preceptivos infere-se que**, no ‘*habeas corpus*’, devem ser conhecidas quaisquer questões de fato e de direito relacionadas a constrangimento ou ameaça de constrangimento à liberdade individual de locomoção. Por isso, ainda que substitutivo do recurso expressamente previsto para a hipótese, é imprescindível que seja processado para perquirir a existência de ‘ilegalidade ou abuso de

*poder' no ato judicial impugnado (STF, HC 121.537, Rel. Ministro Marco Aurélio, Primeira Turma; HC 111.670, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma; STJ, HC 277.152, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma; HC 275.352, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma).*

**02. 'O período depurador de cinco anos afasta a reincidência, mas não retira os maus antecedentes' (AgRg no AREsp 571.478/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 02/10/2014; AgRg no AREsp 288.127/MG, Rel. Ministro Walter de Almeida Guilherme [Desembargador convocado do TJ/SP], Quinta Turma, julgado em 06/11/2014).**

**03. Conquanto ao réu, condenado pela prática do crime de roubo circunstanciado (CP, art. 157, § 2º, inc. II), tenha sido aplicada pena inferior a 8 (oito) anos de reclusão, o fato de haver circunstâncias judiciais desfavoráveis impede a concessão, desde logo, do regime prisional semiaberto para seu cumprimento inicial (CP, art. 33, § 3º).**

**04. 'Habeas corpus' não conhecido."**

**(HC 314.814/SP, Rel. Min. NEWTON TRISOTTO, Desembargador Convocado do TJ/SC – grifei)**

**Busca-se, em sede cautelar, seja fixado o regime semiaberto ou o aberto para o início do cumprimento da pena imposta ao ora paciente.**

**O exame dos fundamentos em que se apoia este "writ" constitucional parece descaracterizar, ao menos em juízo de estrita delibação, a plausibilidade jurídica da pretensão deduzida **nesta** sede processual.**

**Cumpre assinalar, por relevante, que o deferimento da medida liminar, resultante do concreto exercício do poder geral de cautela outorgado aos juízes e Tribunais, somente se justifica em face de situações que se ajustem aos seus específicos pressupostos: a existência de plausibilidade jurídica ("fumus boni juris"), de um lado, e a possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação ("periculum in mora"), de outro.**

HC 130789 MC / SP

Sem que concorram esses dois requisitos – que são *necessários, essenciais e cumulativos* –, não se legitima a concessão da medida liminar.

**Sendo assim, e sem prejuízo de ulterior reapreciação** da matéria no julgamento final do presente “*writ*” constitucional, **indefiro** o pedido de medida liminar.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator